



Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 003 SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1984
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Ervin Bonkoski e Márcio Almeida.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amelia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinatti. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SENHOR PRESIDENTE (Nestor Baptista)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei sob os seguintes números:

256/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de Lei Complementar, objetivando alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 1, de 02.08.72, que instituiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), o qual foi convertido em Lei Complementar n.º 18. **Anote-se - arquivar-se.**

260/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de Lei Complementar n.º 14 de 26.05.82, que dispõe sobre o ESTATUTO POLÍCIA CIVIL DO ESTADO conforme especifica, o qual foi convertido em Lei Complementar n.º 19. **Anote-se - Arquivar-se.**

250/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de Lei Complementar que fixa o módulo do valor de Referência de Custas de que trata o Art. 16, da Lei n.º 7567, de 08.01.82, e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.809.

Anote-se - Arquivar-se.

251/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos pertinentes à Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto Estadual n.º 962, de 23.04.83, e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.810.

Anote-se - Arquivar-se.

257/83: do PODER EXECUTIVO que transforma em autarquia, vinculada à Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN, atualmente órgão da Administração Direta, conforme especifica, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.811.

Anote-se - Arquivar-se.

245/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7.257, de 30.11.79, conforme especifica (TAXA DE SEGURANÇA), o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.812. **Anote-se - Arquivar-se.**

252/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratações de empréstimos pela Administração Direta, e dá outras providências, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.813.

Anote-se - Arquivar-se.

247/83: do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder garantias ou

contra-garantias em operações de créditos internos, ou externos, serem realizadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.814. **Anote-se. Arquivo-se.**

246/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei objetivando alterar dispositivos da Lei n.º 7.774, de 08/01/76 conforme especifica (ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ), o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.815. **Anote-se. Arquivo-se.**

249/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que altera os dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias - ICM (Lei n.º 6.364, de 29/12/72), e dá outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 7.816. **Anote-se. Arquivo-se.**

147/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que extingue a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6.636, de 29/11/74, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.817. **Anote-se. Arquivo-se.**

244/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade dos depósitos de interesse da Administração Estadual, e dá outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 7.818. **Anote-se. Arquivo-se.**

212/83: Do Senhor Deputado RUBENS BUENO que dispõe sobre a Padronização das Identidades Estudantis, com exclusividade pela União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus - UPES, e dá outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 7.819. **Anote-se. Arquivo-se.**

69/83: Dos Senhores Deputados RUBENS BUENO e EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo a adotar providências, no sentido de obrigar Empresas Públicas e demais Sociedades das quais o Estado seja acionista majoritário, a divulgar em contratações, obras, serviços, compras, admissão de servidores e demais atos que lhes gerem despesas, e dá outras providências, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.820. **Anote-se. Arquivo-se.**

231/83: Do PODER EXECUTIVO que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.940, de 08/05/69, conforme especifica (LEI DE PRO-

MOÇÕES DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO), o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.821. **Anote-se. Arquivo-se.**

261/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei, autorizando o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina um imóvel constituído de duas áreas contíguas de terra, contendo prédio de alvenaria de tijolos onde funciona o antigo Fórum, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.822. **Anote-se. Arquivo-se.**

248/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei, objetivando transformar quatrocentos e noventa cargos em Comissão, da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.823. **Anote-se. Arquivo-se.**

255/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei, autorizando o Poder Executivo a doar à FUNDAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PRIONEIRA, de Jacarezinho, parte do imóvel no perímetro urbano de Jacarezinho, conforme especifica, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.284. - **Anote-se. Arquivo-se.**

258/83: Do PODER EXECUTIVO encaminhando anteprojeto de lei objetivando acrescentar parágrafo ao Art. 160, da Lei n.º 1.943, de 23/06/54 (CÓDIGO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO), conforme especifica, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.826. **Anote-se. Arquivo-se.**

39/83. Do Senhor Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível estadual, e dá outras providências, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.827. **Anote-se. Arquivo-se.**

222/83: Do PODER EXECUTIVO que dispõe que servidores da Administração Direta e Indireta somente serão colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fim e prazo determinado e sem ônus para o Poder Executivo, e dá outras providências, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.828. **Anote-se. Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de manifestações congratulatórias à direção do periódico "Diário da Cidade", de circulação diária, no Município de Foz do Iguaçu, desde o dia 08 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 14 de março/de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

É auspiciosa a circulação de um jornal diário no município de Foz do Iguaçu, fato que constata-se pela primeira vez. Dessa forma, desejamos cumprimentar aos diretores desse jornal, pela iniciativa, que além de pioneira é arrojada, mas, que por certo contribuirá de forma efetiva para a divulgação dos acontecimentos de Foz do Iguaçu, levando diariamente aos seus leitores a proximidade e a realidade dos fatos.

O Município de Foz do Iguaçu é merecedor, pelas suas tradições na área da imprensa, pelo seu desenvolvimento e pelas suas características, de um empreendimento desta natureza.

Assim, solicitamos, aprovado este requerimento, que do seu teor seja dado ciência à Direção do Diário da Cidade à Av. Brasil, 1505, em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, um voto de louvor ao periódico "GAZETA DO POVO", pela campanha jornalística lançada ao público sob o título "Tome Partido, Fique com o Paraná".

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao supra citado periódico, na pessoa de seu Diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

*(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Várias são as iniciativas tomadas pela "Gazeta do Povo", em benefício do Estado do Paraná. Acreditamos que a atual campanha, seja o desdobramento do sentido paranaense encetado em nossa população por tão prestigioso jornal. Que sejam inseridas também, como justificativa, os termos contidos na exposição oral.

"Venho à tribuna, na tarde de hoje, Sr. Presidente, para expressar a admiração da nossa bancada e solicitar um voto de louvor deste Poder Legislativo, à campanha lançada hoje pelo Jornal "GAZETA DO POVO", sob o título "Tome Partido, Fique com o Paraná".

São incontáveis as oportunidades, Srs. Deputados, que tivemos de nos congratular com o diretor deste grande jornal paranaense, Dr. Francisco Cunha Pereira, pelas campanhas paranaenses que promove, tornando-se o intérprete legítimo das aspirações de toda comunidade paranaense.

Nós nos recordamos das iniciativas da

"GAZETA DO POVO", exigindo os "royalties" de ITAIPU, pois, é inegável que o Paraná está pagando um preço muito alto para a geração de quilowatts que vão alimentar o progresso de outros Estados, enquanto nós ficamos com todos os ônus destes gigantescos empreendimentos, incluindo a perda de terras férteis, o esvaziamento populacional, as quedas na arrecadação municipal e estadual, a perda de substância de nossa produção agropecuária, o estreitamento do nosso mercado interno e porque não dizer, o empobrecimento deste Estado, sem dúvida um dos mais dinâmicos do país.

Foi a "Gazeta do Povo", Srs. Deputados, com a altivez que lhe é característica, quem sempre defendeu uma representação mais expressiva do Paraná nos altos escalões do Governo Central.

Sabemos, Sr. Presidente, que os longos anos de autoritarismo e a sonolenta hegemonia do "Partido do Amém", representado pela ex-ARENA e pelo PDS, resultaram em total desprestígio do Paraná, que, principalmente nos últimos anos, jamais teve as suas legítimas reivindicações atendidas.

E este fato se reflete na descapitalização dos municípios paranaenses, no desalento da agricultura e demais atividades produtivas, tornando o Paraná um Estado órfão da Federação brasileira, apesar da sua invejável contribuição à economia nacional, principalmente em relação à produção e exportação de produtos agrícolas que geram divisas para equilibrar a nossa balança comercial.

Foi também a "Gazeta do Povo", Sr. Presidente, que vem incessantemente clamando pela nomeação de um jurista paranaense para o Supremo Tribunal Federal, como reconhecimento às nossas mais caras tradições jurídicas e culturais.

E o que dizer da atuação deste grande matutino em relação à industrialização do xisto, da modernização e ampliação das nossas vias de transporte, principalmente o ferroviário?

A verdade, é que a "Gazeta do Povo" está presente, na primeira linha de combate, sempre que está em jogo um interesse do Paraná.

E hoje, Srs. Deputados, temos a honra de saudar, com a emoção que só os verdadeiros paranistas são capazes, esta nova campanha que começa com um apelo irresistível: "Seja Paranaense de Coração".

E lembra, com muita propriedade a todos os seus incontáveis leitores: "Você vive aqui; depende do progresso da sua comunidade. Então, seja autêntico, prefira bens e serviços gerados aqui. Você não paga frete, conhece quem faz e o dinheiro fica aqui, nesta terra generosa que o acolheu, por nascimento ou por opção, fertilizando a economia que também é sua. Tenha orgulho de ser paranaense. Ganha quem confia na sua terra".

Esta campanha que há de ficar na história da imprensa do Paraná, tem o apoio de empresas de publicidade como a Digital Fotogravura, SIR Laboratório, Rodofor, Fototécnica, Velprint, Karisma Promoções e Equipe Propaganda.

De fato, Sr. Presidente, não poderia haver uma campanha mais feliz, mais oportuna e mais patriótica que esta.

Nós paranaenses, sempre acolhemos de braços abertos, com o coração na mão, gente que vem de outros Estados e de outros países e que aqui iniciam uma nova vida.

Nunca solicitamos aos que nos visitam ou aos que vêm para ficar, nenhuma espécie de atestado de ideologia, nem procuramos saber se os forasteiros têm bens de raiz, se procedem de famílias consolidadas e se podem contribuir, de alguma forma, para o desenvolvimento econômico, social e cultural deste Estado.

Sempre recebemos a todos, sem distinção, como irmãos necessitados de ajuda, abrigando-os sob o nosso teto e provendo-os com o essencial para que possam subsistir, trabalhar, estudar e prosperar.

Infelizmente, como já dissemos, o Paraná jamais recebeu do Governo Central a mesma contrapartida pela sua contribuição ao desenvolvimento nacional. E é exatamente por isso que precisamos nos unir, todos independentemente e acima de qualquer injunção de natureza política e partidária, pelo bem comum.

Precisamos valorizar o que é nosso, o trabalho da nossa gente, as nossas empresas, a nossa cultura. Só assim construiremos uma sociedade mais solidária e mais humana, sem grandes contrastes sociais e econômicos, mais homogênea e mais fraterna.

Por todas estas razões, Srs. Deputados, solicito um voto de louvor à "Gazeta do Povo" e requeiro à Mesa, na forma regimental, que uma cópia do inteiro teor deste pronunciamento, seja enviada, com o testemunho da nossa admiração, ao diretor daquele matutino, Dr. Francisco Cunha Pereira."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, demais Bispos do Paraná, manifestando um voto de regozijo pelo lançamento da "Campanha da Fraternidade 1984", que está sob o título "Para que Todos Tenham Vida".

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O chamamento do homem a celebrar ple-

namente o plano de vida doada por Deus é oportuno mormente nos dias atuais onde os valores vitais são postos à margem, num flagrante desrespeito à proposta de Deus que quer o homem vivendo em plenitude.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de indicação ao Excelentíssimo Senhor Clauss Magno Germer, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, pela implantação de armazém padrão COPASA, na sede do Município de São Jorge do Patrocínio, neste Estado, grande produtor de café, milho e feijão, destacando-se desde já como região pólo de influência agropastoril. Neste estágio, se faz presente o nosso apoio administrativo na salvaguarda das safras tantas vezes contidas às temporadas exatamente na fase de seu escoamento.

Certo de prestar serviços relevantes à área que represento neste Legislativo, firmo-me respeitosamente.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984..

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação e manutenção de escola estadual de primeiro grau (quinta a oitava séries), na sede distrital de Novo Três Passos, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Em outubro de 1979, atendendo exigências da Secretaria de Estado da Educação, o Município de Marechal Cândido Rondon repassou para a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, um terreno destinado à construção de uma unidade escolar com quatro salas de aula e dependências, no Distrito de Novo Três Passos, situado a 10 km da sede municipal.

A escola, após inauguração do seu prédio, passou a funcionar com o ensino de primeira a quarta séries, mantido pelo município.

Hoje, porém, parte dos alunos concluintes da quarta série, sente-se forçada a se deslocar à sede municipal para estudar, e outra grande parte simplesmente abandona seus estudos.

Fica, contudo, a esperança de poderem os jovens continuar os estudos no distri-

to, gratuitamente.

O Distrito de Novo Três Passos tem sua sustentação quase que só na agricultura, fato que deve aumentar as atenções do poder público, em busca de oferecer condições adequadas para a efetiva fixação do homem no meio rural.

Por estas e outras razões, tais como: escola na própria comunidade, atendimento ao homem do interior, diminuição de gastos, etc., solicita-se a criação e manutenção de escola de primeiro grau (quinta a oitava séries), no distrito rondonense de Novo Três Passos, em terreno e prédio já de propriedade do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Claus Magno Germer, solicitando providências com a finalidade de ser criado um Posto da Cafe do Paraná, na sede do Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Além das atividades agrícolas voltadas para as lavouras de subsistência, a região de Colombo se destaca pela produção hortigranjeira e hortivinícola.

Nada mais justo e oportuno, o pedido do Município de Colombo, pois, a unidade trará grandes benefícios aos agricultores da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja autorizada a realização de estudos técnicos visando avaliar a disponibilidade de se efetuar a implantação de um sistema de captação e distribuição de água para o Distrito de Paranaguá, pertencente ao Município de Boa Esperança.

O Distrito de Paranaguá apresenta em sua maioria, um número muito grande de moradores sem água potável, sendo que um outra parte quando tem tal benefício, é em razão de possuir sistemas próprios.

Ademais, é sabido que a Secretaria de Estado do Interior tem por objetivo ampliar as ligações de água, especialmente para as populações de menor poder aquisitivo.

Nesse sentido, o pedido ora exposto se enquadra perfeitamente no programa dessa

Pasta, sendo que ao ser concretizado, virá atender a uma antiga reivindicação daquele Distrito de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, para que seja destinado um veículo para efetuar prestação de serviços junto à Inspetoria de Ensino, localizada na municipalidade de Boa Esperança.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Darcísio Albertini, afirma ser indispensável a aquisição de um veículo, pois, o mesmo viria a agilizar o atendimento junto às unidades escolares, especialmente no que se refere à zona rural, onde apresentam-se as maiores dificuldades, principalmente nos dias chuvosos.

Neste sentido, espera-se a referida reivindicação seja colocada como prioridade dessa Pasta, em razão de que irá condicionar aquela Inspetoria à altura do porte do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a tomada de medidas que possibilitem a imediata construção de uma ponte sobre o Rio Pensamento, localizado no Município de Mamborê.

Levada pelas águas, no dia 28 de janeiro deste ano, a ponte sobre o Rio Pensamento serve de imprescindível ligação da região interiorana à Rodovia BR-369 (CAMPO MOURÃO-CASCAVEL), sendo que tal rodovia é o principal escoamento para os produtos agrícolas, esteio econômico da região. Ademais, somente com a construção de uma ponte de concreto é que se poderá eliminar definitivamente os problemas que surgem, sempre quando existem as chuvas de elevado teor pluviométrico.

Pelas razões expostas, espera-se que a referida obra seja incluída nos planos dessa Pasta, atendendo assim, o pedido feito pelo Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito Municipal de Mamborê.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a imediata liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na conclusão das obras do Terminal Rodoviário, localizado na Municipalidade de Mariluz.

No Governo Estadual anterior, foram diversas as construções não acabadas e que eram inauguradas com a finalidade meramente eleitoreira, ficando as mesmas sendo utilizadas em precárias condições, ou expostas às intempéries naturais, ocasionando com isso, prejuízos aos cofres públicos.

Mariluz sofre ainda hoje com os reflexos daquela política pertencente ao passado.

O Terminal Rodoviário não foi concluído, e a administração municipal vem realizando pequenas obras previstas no projeto, tal como o ajardinamento, sendo que no entanto não dispõe de verbas para a conclusão definitiva.

É de capital importância que essa Pasta efetue a destinação de recursos capazes de assegurar a conclusão daquele Terminal, colocando-o à altura do porte do Município atendendo iniciativa do Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Gilda Poli, DD. Secretária da Educação solicitando seus préstimos no sentido de ser enviado um veículo, para a APAE, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Campo Mourão está com sérias dificuldades para transportar seus deficientes às suas casas ou vice e versa para sua escola, ainda mais que a maioria das crianças que a mesma entidade atende, são pessoas carentes, não tendo daí recursos para a sua locomoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo

Senhor NELTON FRIEDRICH, DD. Secretário do Interior e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Sanepar, solicitando a melhoria na distribuição de água, no município de Fênix.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A sede do município de Fênix conta atualmente com número considerável de ligações de água, mas a distribuição da mesma está sendo feita em caráter precaríssimo, sendo urgente a sua regularização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICH, DD. Governador do Estado; Excelentíssimo Senhor HORÁCIO RACCANELLO, DD. Secretário de Estado da Justiça; Excelentíssimo Senhor Doutor MAURO MARANHÃO, DD. Procurador Geral do Estado, solicitando imediata agilização dos Processos Civil e Penal decorrentes de Peculato apurado em 1981 contra a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme o Edital n.º 01/81-DE, de 08 de outubro de 1981, da Diretoria Geral do Tribunal de Contas do Estado, ficou apurado a responsabilidade civil pelo peculato praticado contra a Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Deu-se um prazo de 30 dias para que os responsáveis recolhessem aos cofres do Estado a importância de CR\$ 14.951.351,60, em valores da época.

De acordo com a petição inicial, datada de 12 de fevereiro de 1982, assinada pelo Doutor LAURI CAETANO DA SILVA, promotor de Justiça em Apucarana, requereu-se a instauração de ação penal contra os denunciados, na Vara Criminal daquela Comarca.

Tal ação fulcra-se no artigo 312 "caput" combinando com os artigos 25 e 51, § 2.º, do Código Penal.

No entanto, passados dois anos, os valores desviados não foram devolvidos, e não foi aplicada nenhuma penalidade aos infratores. E isso, apesar de denúncias encaminhadas pelo corpo discente daquele estabelecimento, através do Diretório Acadêmico "18 de Março"- DADEM.

A opinião pública aguarda com ansiedade o desfecho de mais esse caso de corrupção, com o recolhimento aos cofres do Estado da importância devida e punição competente. Afinal, a certeza da impunidade é a mãe legítima do peculato, com o que não somos complascentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a liberação de serviço de empréstimos financeiros do IPE, para os funcionários comissionados da Administração do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Previdência do Estado-IPE, que atende aos funcionários da Administração Pública Estadual, mantém serviço de empréstimos financeiros aos seus filiados. No entanto, os comissionados, mesmo filiados, são discriminados.

Cremos na importância de estender o benefício de todos os filiados do IPE, em especial, aos comissionados, pois dessa forma estaremos corrigindo uma anomalia herdada de muitas administrações passadas.

Atendida essa solicitação, estaremos correspondendo ao anseio de um numeroso contingente de funcionários lotados em cargos de confiança que ajudam a progredir nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor JARBAS PASSARINHO, DD. Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando a regulamentação da Portaria MPAS 3046, que trata dos credenciamentos de Odontólogos e Oftalmologistas.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Por determinação ministerial, de maio de 1982, todos os processos de credenciamentos passaram a permanecer em sobrestamento até a verificação da regulamentação dessa portaria.

Em consequência, em diversas regiões tem-se aguçado a necessidade desses credenciamentos, em todo território paranaense.

Por exemplo, a Cidade de Ivaiporã foi objeto de análise da chefia do Serviço de Medicina Social de Apucarana, jurisdição à qual pertence aquele município. Dessa análise, ficou constatada a necessidade de credenciamento de Odontólogos e Oftalmologistas.

Acreditamos que o atendimento em pedido virá corresponder ao anseio da população não só regional, como também de todo o País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suubscribe, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa envie expediente ao Excelentíssimo Senhor

Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, e ao Excelentíssimo Senhor Darcy Deitos, Diretor Administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem, em que solicita providências no sentido de substituir a construção da ponte sobre o Rio Melissa, na estrada FQ 450, que liga Ouro Verde do Piquiri a Anta Gorda, para a ponte sobre o mesmo rio, na estrada FQ 003, ligando Corbélia a Central Santa Cruz.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Em atendimento à reivindicação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Corbélia, Professor Delso José Trentin, ao Chefe do 6.º GS do DER, Doutor Terufumy Katayama, no sentido de que seja substituída a construção da ponte sobre o Rio Melissa, na estrada FQ 450, que liga Ouro Verde do Piquiri a Anta Gorda, para a ponte sobre o mesmo Rio, na estrada FQ 003, ligando Corbélia a Central Santa Cruz.

Como informação complementar, temos que a ponte sobre o Rio Melissa, na estrada de Anta Gorda, foi construída em Convênio com o município de Cafelândia, dada a urgência econômica e social para a sua utilização.

Nesse sentido, propomos à Secretaria de Estado dos Transportes, em particular ao Departamento de Estradas de Rodagem, providências administrativas visando o atendimento do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nilton Miguel Friedrich, Mui Digno Secretário de Estado do Interior, e ao Excelentíssimo Senhor Theobaldo Vitório Machado, Mui Digno Superintendente da Companhia de Habitação do Paraná, em que solicita a criação de linha especial de crédito para efeito de construção de casa própria aos pequenos agricultores.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Dado o agravamento da crise econômica no País, o tecido social dá mostras de exaustão. Este sintoma cristaliza-se na questão da moradia.

A incapacidade de o regime dar resposta a este candente problema do povo trabalhador exige dos Governos democráticos oposiocinistas, medidas emergenciais, não com o intuito de sufocar as lutas populares pelo direito à vida e à moradia, mas sim, com o propósito de demonstrar que com pouco é possível fazer mais e melhor, e com competência.

Especial atenção advogamos para a luta

pelo direito à moradia desenvolvido pelos pequenos agricultores, função do grande alcance social por ela desempenhado, das precárias condições de vida dos agricultores e da necessidade de manutenção do homem do campo. Daí propormos, à Secretaria de Estado do Interior, e à Companhia de Habitação do Paraná, a criação de linha especial de crédito justamente para fazer frente à esta exigência social e liberar nossos agricultores do sistema financeiro convencional de habitação. Limitações existem no plano do Poder Público Estadual, mas soluções corajosas se impõem. Temos certeza de que podemos executá-las.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Szcvepan Maximiliano Stasiak, Mui Digno Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em que solicita despacho ao Excelentíssimo Doutor Alceu Conceição Machado, Mui Digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do processo referente à fraude eleitoral ocorrida na Comarca de Corbélia, para que surtam os efeitos legais da decisão originária do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral. Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Diante da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que, no fundamental, reforça a competência desse Tribunal, o presente requerimento objetiva, respeitosamente, solicitar da Presidência do T.S.E. o encaminhamento do despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor presidente do T.S.E. ao Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que surta os efeitos legais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informação à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, inquirindo das razões do início do período letivo na primeira semana de fevereiro.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações pauta-se em duas questões centrais: primeira, nas regiões mais quentes, a antecipação do início do período letivo tem gerado, segundo depoimento de companheiros de Partido, queda no aproveitamento das crianças e alunos em geral, devido ao excessivo calor, problemas de insolação e desidrata

ção; segunda, as cidades que têm na atividade turística seu potencial econômico passam a verificar queda antecipada do afluxo de turistas, com rebaixamento da arrecadação em função da redução do período de férias das famílias paranaenses.

Diante do exposto, rogamos à Excelentíssima Senhora Secretária, exposição de motivos da medida para posterior tomada de posição desta Casa. A isto acrescenta-se o protesto, do qual é porta-voz Associação dos Professores à medida proposta e executada neste início de ano. Da discussão nasce a luz e não há, outrossim, que temer reconsiderar, a partir do debate e da crítica, uma posição incorreta. Eis o espírito da política dinâmica, progressista e ágil, que altivamente essa Pasta tem desenvolvido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja enviado expediente, com cópia do presente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura Dr. CLAUS MAGNO GERMER, encarecendo o atendimento na implantação de uma Unidade Armazenadora da COPASA, no Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O atual Governo do Paraná tem reiterado que a atenção aos municípios é dada independentemente da expressão geográfica, econômica e social.

O atendimento decorre do grau das necessidades de cada um desses municípios, e as necessidades são proporcionais ao "peso" de cada município.

Animados por esta filosofia e por esta conduta administrativa, estamos encaminhando pedido para a implantação de uma UNIDADE ARMAZENADORA, no Município de Tijucas do Sul.

Nenhum pedido torna-se tão justificável como este; nenhuma necessidade é tão premente como esta.

Tijucas do Sul tem cerca de oito mil habitantes, dos quais, 90% vivem e trabalham na zona rural; logo, é um município tipicamente agrícola. Em sua produção destacam-se: MILHO, ARROZ, FEIJÃO, BATATA SALSA, FUMO e SOJA. Na última safra teve uma produção de cerca de seis mil toneladas, isto contando somente os quatro produtos que têm necessidade direta de armazenamento devido à sua natureza, ou seja: milho, arroz, feijão e soja.

A COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, sensível às reivindicações da Prefeitura, Lideranças Políticas e Agricultores locais, elaborou um estudo preliminar objetivando identificar a necessidade e viabilidade de implantação de

uma unidade armazenadora, em Tijucas do Sul.

Esse trabalho, cuja cópia nos foi gentilmente enviada pelo Dr. Valdir Izidora Silveira, diretor técnico da COPASA, é favorável. Portanto, é a conclusão técnica do próprio Governo que indica a necessidade.

Além de fornecer a descrição básica dos aspectos construtivos e equipamentos para uma unidade de pequeno porte, com capacidade estática para OITOCENTAS TONELADAS, esse estudo enfatiza que Tijucas do Sul tem um déficit de armazenagem de MIL E DUZENTAS E SESSENTA TONELADAS, número este igual ao saldo armazenável potencial; isto é, Tijucas do Sul não tem armazenagem alguma.

O trabalho observa que "O MUNICÍPIO RESENTE-SE DE UMA INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM, O QUE CONTRIBUI PARA QUE A COMERCIALIZAÇÃO SE FAÇA DE MODO INSATISFATÓRIO". Observa, ainda, os aspectos sociais e a produção dos municípios circunvizinhos, como Mandirituba e Agudos do Sul, os quais também apresentam déficit de armazenagem e que deverão ser atendidos pela mesma unidade. Ressalta que "POR OCASIÃO DO REESTUDO DO SUBPROJETO ARMAZENAGEM COLETORA PRÓ-RURAL, ESSE INDICOU O DISTRITO DE LAGOA COMO PONTO ESTRATÉGICO DO FLUXO DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cremos que esta reivindicação dos agricultores de Tijucas do Sul deve ser muito bem acolhida pelo Governo do Estado.

É dado atenção - e sobretudo condições - a quem produz, que veremos o nosso Paraná crescer ainda mais no setor agrícola com benefícios conseqüentes para os setores econômico e social.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer informações sobre o Quadro de Funcionários desta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam prestadas as informações seguintes:

1 - Quantos funcionários foram admitidos por este Poder, a partir de 1.º de fevereiro de 1983, para prestarem serviços na administração desta Casa (excluídos os lotados nos Gabinetes Parlamentares), explicitando: data de admissão, lotação, regime jurídico de trabalho e remuneração de cada um.

2 - Qual foi o dispêndio deste Poder com o pagamento de seus funcionários pertencentes ao quadro próprio, celetistas e outro regime, verificada nos exercícios de 1982 e 1983.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.—

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, GERNOTE KIRINUS e JOSÉ ANTONIO FONSECA, no desempenho de suas funções de mandatários populares, nos termos regimentais, REQUEREM de Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à TELEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, pedindo a instalação de um (1) PS na localidade de Linha Navegantes, e um (1) PS na localidade de Santa Terezinha, ambas do Município de Santa Helena, Oeste do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

1 - As localidades de Linha Navegantes e de Santa Terezinha, do Município de Santa Helena, no Oeste do Estado, se sobressaem pelo elevado grau de prosperidade de sua gente, dedicada à produção de alimentos nas atividades rurais de agricultura, suinocultura e pecuária, por ser o Município de Santa Helena grande produtor rural do Paraná, dotado de terras muito férteis, e agora banhadas quase por um sistema forçado de irrigação do reservatório de Itaipu; e, dado o sistema de minifúndio predominante ali, são localidades com considerável população;

2 - No entretanto, essas comunidades não foram ainda integradas ao sistema de comunicação telefônica, não obstante ao trabalho digno sempre de louvor em todos os sentidos, da TELEPAR e da Secretaria de Estado do Interior, que sempre têm pautado pela promoção do desenvolvimento integrado do Estado do Paraná, através do contato imediato e direto da comunicação da sociedade entre si;

3 - Por isso, considerando o preço crescente do sistema de locomoções do País, em razão da elevação cotidiana do preço do petróleo, as populações afastadas dos centros urbanos ficam carecendo quase mais do que estas, da comunicação telefônica tanto para não perecerem as relações de amizade que é um fator de segurança nacional, quanto, para solução de negócios e de quase toda a dinâmica existencial que surge neste contexto de Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As Deputadas que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja designado o dia 28 de março próximo, às 20:00 horas, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1984.

(aa) IRONDI PUGLIESI
AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA: Feita em plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - Está finda a leitura do expediente.

Com muita honra, esta Presidência registra a presença do Vereador Ney Speraldin, da cidade de Curitiba.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**):

"A despeito do furor com que o nobre deputado Tércio Albuquerque atacou o meu Partido e o Governo do Estado, na condenação que teceu contra a campanha da Nação, liderada pelos políticos de bom senso de TODOS OS PARTIDOS, ocupo esta tribuna para prestar aos Anais da Casa, os seguintes esclarecimentos:

O nobre Deputado, pertencendo a outro partido, não pode mesmo estar informado convenientemente sobre os trabalhos do meu Partido, e por isso, é compreensível que não soubesse ele, que na campanha eleitoral de 1982, o PMDB lutou, e lutou com garra, não obstante ao emaranhado de casuísmos opostos previamente pelo GOVERNO COMANDATÁRIO, visando impedir a nossa vitória que como agora, estava estampada na face de cada brasileiro. Porém, não foi para conquistar o "Colégio Eleitoral" inventado pelo sistema para a perpetuação de generais reformados na tutela dos interesses das OLIGARQUIAS DO PODER que a "revolução" nesta República e que o PDS defende desassombradamente, mas foi sim, tentando conquistar a maioria parlamentar necessária no Congresso Nacional, para proceder a REFORMA CONSTITUCIONAL adequada aos interesses do povo brasileiro, na qual, seria inserida a eleição direta para a Presidência da República, já na sucessão do General Figueiredo. Aliás, o objetivo de conquistar a maioria parlamentar em esfera federal, constou fartamente do discurso de campanha do PMDB; e, a reforma constitucional foi amplamente pregada como compromisso que o PMDB assumia com a Nação. Por isso, não me surpreendo com as desinformações do nobre Deputado Tércio, porque elas só o engrandecem como discípulo fiel do "braguismo" derrotado, e do PDS como facção "revolucionária" e não como partido político, visto que essas desinformações denunciavam não ter o nobre Deputado comparecido como espectador ou ouvinte em nenhum comício do meu Partido; porque não menosprezo a sua memória e nem descreio da sua vontade de ser honesto.

Quanto à acusação que o nobre Deputado fez sobre os possíveis gastos que o movimento supra-partidário do qual participa uma significativa parcela de políticos do PDS, pelas eleições diretas em todos os níveis, estaria ocasionando, tenho a esclarecer que, este Deputado custeia do próprio bolso a participação que dá a essa campanha. E acredito que assim procedem

todos os Deputados desta Casa e da esfera federal, até mesmo o nobre Deputado acusador. Pois, também, sou eleitor, e pensando e procedendo como eleitor, não posso descrever da honestidade dos mandatários do povo paranaense, sob pena de pregar o desestímulo político à Nação, e por extensão, autoacusar-se nesta tribuna, de inutilidade funcional. Todavia, se o Governo do Estado estivesse propiciando recursos para essa campanha de consulta pessoal ao povo, pelo restabelecimento da ORDEM JURÍDICA DA REPÚBLICA, seria o investimento mais abençoado pelas gerações futuras, porque destinava-se ele, a restaurar a SOBERANIA do povo brasileiro, como Nação que merece ser respeitada no concerto internacional, e acatada no seu próprio estilo de gente livre. Pois, na retomada do Governo, pela Nação, através do voto popular, está a última esperança de salvação das crianças que estão nascendo agora, diante da mortalidade infantil na casa dos mil cadáveres por dia, de crianças que morrem de fome neste Brasil, segundo a denúncia feita aqui, pela UNICEF; está enfim, a última esperança de salvação dos trabalhadores penhorados ao FMI pelo Decreto n.º 2065, e neles, a salvação dos que ainda acreditam no Brasil como País e como povo, que estão liderando a classe empresarial, em confronto cíclico direto com o Governo Federal, como acaba de proceder o empresariado paranaense, cujo desassombro e iniciativa, que se registrem aqui, com o MAIOR LOUVOR DESTES PODER LEGISLATIVO. Sim, porque sobre o cadáver dessas crianças, sobre a perdição das crianças delinquentes, sobre a miséria de todos os lares da família brasileira, e sobre a quebra das empresas nacionais que sustentavam a nossa sobrevivência através do crescimento vegetativo, estão assentadas as OLIGARQUIAS DO PODER, cujos expoentes, representados pela CAPEMI, Coroa-Brastel, Delfim, BNCC etc., cujos beneficiários chegam a comprar ilhas nos mares para estabelecerem chácaras de recreio, como é a ilha do Diretor da CAPEMI, em Recife; estão assentados os cartéis multinacionais que empregam Ministros e chefes de Estado depois de terem passado pelo desgoverno deste País.

E então nobre Deputado, com todo o respeito devido a um mandatário do povo, tenho de lembrar Vossa Excelência, que em nossa postura ética, está o melhor valor deste Poder Legislativo; e esta postura ética, nada mais é do que a nossa sintonia de posições, dentro do suporte de fatos políticos que temos de sustentar ou defender nesta tribuna. De modo que, nem este Deputado, e nem a Bancada do meu Partido reconhecem investidura moral em qualquer que se exponha, do PDS, para tecer acusações contra o PMDB e o Governo do Estado do Paraná, antes que o Poder arbitrário que vos tutela no locupletamento de Governo que aí está, mostre à Nação, a sua

lisura moral! Ou então, capitule, aceitando o perdão voluntário que a Nação está propondo, no abraço fraterno das urnas".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Atentamente ouvi as palavras do meu colega de região, do meu amigo particular, mas acima de tudo, do meu adversário político, Deputado José Fonseca que representa nesta Casa, condignamente, a região oeste do Paraná, Deputado este que ao longo deste primeiro ano de Legislatura tem feito um grande trabalho pela região Oeste.

Mas, todo o seu trabalho resume-se em nada.

Quando vem à tribuna desta Casa, com pronunciamentos previamente elaborados por seu assessoramento para responder a um humilde, a um pálido pronunciamento que ontem fiz nesta Assembléia Legislativa.

Nunca fui e desafio o Deputado que prove, contra as eleições diretas.

Sou contra, sim e não tenho medo, não vivo em cima do muro, nem atrás das benesses do Governo. Por isso, agradam o Governo pelas suas benesses.

Sou contra Sr. Deputado José Fonseca, aos gastos exorbitantes que Vossas Excelências estão realizando nos "showmícios" por todo o Estado paranaense, quando Vossas Excelências sabem que o povo está sendo enganado pelo Senhor e pelos demais componentes do seu partido.

Quem tem que determinar o retorno às eleições diretas e democráticas é o Congresso Nacional. Por isso, Vossas Excelências deveriam estar lá em Brasília, conversando com os Deputados e Senadores. Não aqui desviando as atenções populares do não cumprimento das promessas eleitoreiras do Sr. Governador José Richa que esqueceu até agora de dizer aos paranaenses que o elegeram, o que veio e por que veio ao Palácio Iguazu.

Pararam as obras; o empresário paranaense está sofrendo pelo terror fiscal implantado pelo Sr. Secretário Erasmo Garanhão, quando se garantia, quando se dizia, quando se mentia nos palanques públicos que o empresariado não suportava mais as cargas tributárias que o Governo lhe impõe. Vem o Governo do Paraná desdizendo tudo aquilo que diz, implantando o terror fiscal na sua região, Sr. Deputado José Fonseca; Vossa Excelência sabe disso.

Quantas empresas já começaram a pedir concordata e até falência, porque, não conseguem, não tem sequer a quem vender, porque as obras pararam, são as Prefeituras que adormeceram, o Governo do Estado está preocupado apenas em superlotar os

cofres públicos, para gastar o quê?

Em "showmícios" ou nas futuras eleições que deverão vir em breve para que o povo tenha a oportunidade de dizer não àqueles que lhe mentiram, que lhe falsearam, que lhe fizeram de palhaços!

Não, Sr. Deputado José Fonseca, a oportunidade de Vossa Excelência hoje na tribuna foi muito infeliz, Vossa Excelência só fez agradar o seu Governador, só fez agradar os seus dirigentes partidários, mas não falou em nome do povo que o elegeu, Sr. Deputado José Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - A Mesa informa que está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - Esta Casa recebe hoje, na tribuna de honra, os Srs. Luiz Casagrande, João dos Santos e Laureano Bogdan, Presinte da Câmara, Vice-Prefeito e Presidente do Sindicato dos Rizicultores de Santa Isabel do Ivaí.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, no Pequeno Expediente, gostaria que Vossa Excelência fizesse uma verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - A Mesa defere e solicita à Senhora Primeira Secretária que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (**Amélia Hruschka**) - Sr. Presidente, 25 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - 25 Srs. Deputados responderam a chamada; há "quorum" para o prosseguimento da sessão. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Faço uso da palavra, nesta tarde, para registrar a realização, na data de amanhã, aqui em Curitiba, na Sede da Associação Médica do Paraná, da Jornada de Imunizações do Paraná, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, pelo Ministério da Saúde e por órgãos da administração de Governo e das instituições universitárias do Estado relacionadas ao assunto.

Não poderia haver melhor forma de se comemorar no que diz respeito ao campo da saúde, de se comemorar o primeiro ano de Governo democrático do PMDB, no Estado. De fato, a data de amanhã, registra o primeiro aniversário do Governo José Richa, e no campo da saúde essa iniciativa de realização de uma jornada de imunizações, ou

seja, justamente o aspecto principal da atenção à saúde do povo, que é a inversão daquela tendência que até há pouco tempo se verificava e que ainda hoje se verifica, infelizmente, em todo o País, da prevalência de uma prática curativa em detrimento da prática preventiva, no atendimento ao povo, através das discussões que, durante o dia de amanhã, e na sexta-feira estarão sendo realizadas na Associação Médica do Paraná.

Os profissionais de saúde do Estado tomarão conhecimento do quadro real das doenças preveníveis por vacinação, do quadro real do controle e dos programas de imunização que vêm sendo desenvolvidos no Estado, que ao contrário do que até há pouco tempo predominava, inclusive aqui no setor de saúde do nosso Estado, relativo à forma como se combatia, como se pretendia combater as doenças preveníveis, que era no estilo das campanhas de vacinação, hoje o Paraná se insere na moderna Saúde Pública de uma forma atualizada e coerente com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, e que o estilo de campanha de vacinação passa a ser superado na prática, uma vez que na teoria de há muitos anos ele vem sendo condenado, embora em algumas ocasiões, em alguns aspectos se justifique ainda a forma de campanha, como é o caso da campanha da poliomielite que realizou nesses dois últimos anos, na verdade a manutenção de estilo de vacinação só vem trazer prejuízos para um programa sério, para uma ação séria da Saúde Pública, e é nesse sentido que o Governo do Estado comemora na Área da Saúde, amanhã, o seu primeiro aniversário registrando e documentando a realidade da Saúde no Estado do Paraná e imprimindo inclusive o novo calendário de vacinações, dentro de uma programação que contará com a sua participação na sua elaboração de profissionais da saúde de todo o Estado e de representantes das áreas de instituições relacionadas com a área.

Queremos, nessa oportunidade, fazer o registro, e enaltecer que o programa do PMDB no campo da Saúde, como nos demais vem sendo seguido, e já nesse primeiro ano se conseguiu inverter a tendência curativista que sempre predominou, hospitalizante, muito coerente, isto sim, com os lucros que as multinacionais de medicamentos e de produtos de equipamentos médico-hospitalar sempre tiveram como fonte aqui no nosso Estado.

E hoje o Paraná se insere na Moderna Saúde Pública e numa programação que a Organização Mundial da Saúde, a Organização Panamericana de Saúde, inclusive setores do próprio Ministério da Saúde vêm enaltecendo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Governo Federal, não obstante muito que arrecada em nosso Estado, e não obstante o que o Paraná representa no contexto federativo, continua tratando mal a nossa terra e a nossa gente; e por conseguinte, impedindo que todo o brasileiro que nos visita ou que por aqui passa leve uma melhor imagem.

Entre os muitos argumentos concretos que poderíamos usar para justificar esta assertiva, abordamos neste momento um, apenas um: o acostamento de ambas as margens da Rodovia BR-116 no trecho Curitiba-Rio Negro, divisa com o Estado de Santa Catarina.

As obras se arrastam com uma tal morosidade que mais nos parece o desejo íntimo de prejudicar o Paraná. E pior que isso, está não só prejudicando nosso Estado como sendo responsável por acidentes rodoviários que já roubaram a vida de muitos brasileiros, já causaram danos físicos e prejuízos materiais. E assim continuando, muito mais irá causar, infelizmente.

É necessário que essas obras sejam agilizadas pois, os danos na estrada foram causados há mais de oito meses, são problemas que se arrastam desde meados do ano passado quando ocorreram chuvaradas, enchentes e inundações em toda essa área.

Ao mesmo tempo em que estamos fazendo esta manifestação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos encaminhando um requerimento ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER e aos nossos Parlamentares em Brasília, mostrando a péssima situação não só do leito da rodovia como também - e especialmente - do acostamento. Trata-se de um descaso imperdoável. E não pode o Governo Federal dizer que falta verba ou que são trabalhos cuja execução pode ser protelada. Quando a vida humana está em questão, quando a riqueza nacional transportada via rodoviária corre perigo, não existe argumento que possa justificar qualquer atraso.

Nós não podemos ficar calados, o Paraná não pode ficar calado diante de tanta inoperância, de tanta discriminação, de tanta má vontade."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Recebemos, hoje, com satisfação, das mãos do Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Corbélia, companheiro Laudemir

Turra, cópias do Recurso Extraordinário interposto pelos réus envolvidos na fraude eleitoral da Comarca de Corbélia, a saber, Juiz Edmundo Leão Mendes, Carlos Alberto Gazineu e Celso Vieira, contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral que os condenou à reclusão de três anos e, no caso do Juiz, à perda de mandato e vencimentos.

O aludido Recurso Extraordinário, interposto ao Superior Tribunal Eleitoral e, posteriormente, face à derrota nesta Instância, junto ao Supremo Tribunal Federal, foi considerado incabível e intempestivo. Confirmada, assim, a competência do Tribunal Regional Eleitoral, temos que a iniciativa engendrada pela cúpula corbeliense do PDS constituiu crime eleitoral, passível de julgamento pelo Tribunal competente.

Anunciamos com regozijo esta decisão da Justiça Federal do mesmo modo que saudamos a decisão do TRE, no ano passado. Com efeito, a confirmação das penas significa a reafirmação da altivez e independência do Poder Judiciário em nosso País, tão perseguido e cerceado ao longo dos últimos vinte anos, pelo arbítrio e pela ditadura que tudo pôde.

Esta decisão vem calhar, inclusive, com proposta já em curso, no Congresso Nacional, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar corrupção a propósito da sucessão presidencial, luta política que próceres do partido governista teimam em converter em assunto privativo das elites incompetentes e antinacionais.

Por último, aproveitamos o ensejo para enviar ao Presidente do TRE, requerimento no sentido de despacho, o mais rápido possível, de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná comunicando do despacho exarado pelo STE para que seja decretada a exoneração do Juiz Eleitoral de então. E esta solicitação objetiva não só suprimir seus vencimentos, como, também, abrir a vaga do Juiz da Comarca de Corbélia, fazendo jus ao valoroso e combativo povo corbeliense, que tenho a honra de representar, nesta Casa, por iniciativa de suas lideranças mais representativas. É preciso, Senhor Presidente, fazer justiça ao povo e justiça significa punir, com rigor, a ação irresponsável, mercenária e corrupta de homens que, pela ânsia desmesurada de retomada do poder municipal, olvidaram a moral, a dignidade e a honradez".

Ironicamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados enquanto um Juiz, e como está comprovado aqui, foi condenado por corrupção, continua em liberdade, recebendo seus vencimentos dos cofres públicos, um cidadão que ousou levantar a voz para defender o povo oprimido da região da fronteira de Foz do Iguaçu, continua, há quase dois anos, amargando o cárcere, condenado pela esdrúxula Lei de Segurança Nacional.

São ironias dessa ditadura implantada em nosso Brasil, e que nós haveremos, através de uma campanha popular, por eleição direta para Presidente da República, pôr cabo a esse regime ditatorial que tem punido quem não deve e tem até mesmo privilegiado verdadeiros corruptos e lesa-pátrias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**). Encerra o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti. Antes, porém, a Mesa registra com satisfação a presença em Plenário, do Professor Adolfo Valesi, Presidente da Câmara Municipal de Boa Esperança. Com a palavra, o Senhor Deputado, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI- Senhor Presidente e Senhores Deputados, o grande assunto nacional o grande tema nacional, sem sombra de dúvidas, é a eleição direta para Presidente da República.

A Nação assiste com números de mais de um milhão e meio de pessoas nas ruas, exigindo o direito de votar para Presidente da República; exigindo o direito de conduzir os destinos da Nação, que há vinte anos vem tendo à sua frente um regime que apenas tem colocado em agonia o povo brasileiro; um regime que apenas cuida das mazelas de meia dúzia de poder; um regime, Senhor presidente, Senhores Deputados, que é anti-povo, que tem retirado a saúde dos brasileiros, a escola dos brasileiros, o direito de trabalho dos brasileiros, e entregue, de bandeja, as benesses de um País como o Brasil, na mão do grande capital internacional; um regime que, passado o rescaldo de poder de vinte anos, tem a oferecer à Nação brasileira, apenas uma monumental dívida externa, uma enorme dívida interna, e uma terrível dívida social e política; um regime que não tem na sua base de sustentação da Nação do povo, a menor credibilidade, mas, tem, apenas, na base de sustentação nas medidas casuísticas e nas vontades individuais de alguns poucos.

E é contra este quadro terrível que assola a Nação brasileira, que o povo exige nas ruas, o direito de alterar essas regras do jogo. As oposições brasileiras, nas últimas eleições, ultrapassaram os votos do governo em mais de dois milhões, e o governo procura "tapar o sol com a peneira", quer, através dos seus executivos ou quer mesmo, infelizmente, através de parlamentares do PDS que tiveram a dignidade de pedir o voto direto ao povo, nas ruas, nos bairros, nos meios rurais.

Mas, é esse regime que o Governo quer mudar, é esse regime que esperneia diante da vontade popular. E nós do PMDB, comprometidos com o programa partidário, estamos cumprindo as promessas de palanque, quando vamos à rua, quando vamos à tribuna e quando vamos aos meios de comunicação defender o direito inalienável de um povo conquistar a sua soberania.

A Nação sabe dos argumentos fracos e pálidos do PDS, para se manter nas próprias regras do jogo. Faça-se justiça, que nem todo o PDS, mas, principalmente, daqueles que fazem parte deste esquema de poder e que não têm compromissos com o povo. Alguns Deputados desta Casa têm subido à tribuna e até criticado de que, neste recinto, se trate de eleições diretas.

Surdo, mudo e cego diante da realidade nacional, não vislumbra a realidade nacional, porque não é nada mais, nada menos, o Parlamento, que tem que trazer aqui as discussões populares. É importante que os homens do PDS - vão à televisão, vão ao rádio - e venham à tribuna defender as eleições indiretas. É fundamental que eles defendam. Porque o eleitorado que votou diretamente nestes Deputados, terão a oportunidade de reciclar e de observar em quem votaram.

O Congresso Nacional dia vinte e cinco de abril, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tomará sem sombra de dúvida, uma das posições históricas que este País está esperando, que está ansiando, dentro da sua base, porque a eleição direta sem sombra de dúvida, é o primeiro passo para que nós possamos derriçar do Poder, apesar do Poder meia dúzia de pessoas completamente fora dos anseios. E é aí que nós teremos a credibilidade suficiente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, num Governo eleito democraticamente pelo povo, pela corresponsabilidade do cidadão e nós enfrentamos uma realidade de um Presidente eleito pelo povo que consiga renegociar, adiar, pedir moratória aos grandes banqueiros internacionais. Porque não há homem neste País, eleito indiretamente, que consiga se desvencilhar dos compromissos com os grandes banqueiros internacionais.

Não há homem neste País, sem a vontade popular e sem o respaldo popular, que consiga dar um "chego para lá nos gringos" que estão a sugar o nosso sangue vinte e quatro horas por dia. Não há homem neste País que consiga restabelecer a credibilidade e a democracia, sem a co-responsabilidade do povo, de um povo que está desesperado, do pequeno e médio empresário que não vê, e que os demagogos vêm querer jogar uma

responsabilidade em muitos Governos Estaduais. São uns infantis e uns imbecis, não sabem que toda a estrutura do País está nas mãos do Governo Federal, e que os instrumentos de mudanças estruturais não dependem hoje do PMDB.

Só aqueles que usam da falácia, que usam da demagogia, vêm querer confundir a opinião pública e jogar o problema do desempregado, do pequeno empresário, da agricultura falida, numa estrutura de poderes completamente centralizada, numa estrutura que o processo federalista está completamente arrasado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, brasileiros são aqueles que antes dos compromissos pessoais com o poder, tenham os compromissos não só com a geração presente, mas têm o compromisso fundamental com os seus filhos e com os seus netos.

O Sr. Sérgio Spada - Solicito um aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado?

O SR. PAULO FURIATTI - Brasileiros, são aqueles que acima das pressões partidárias, de um espúrio Colégio Eleitoral, têm a credibilidade de defender as eleições diretas imediatamente, porque se o povo tem condições de eleger o Presidente em 1999, numa proposta que o Governo Federal perde até para o Pinochet que promete para 1996, se o povo tem condições de eleger Deputados e Governadores por que é que este mesmo povo não tem condições de eleger o Presidente desta Nação? Convido o Senhor Deputado a fazer o seu aparte.

O Sr. Sérgio Spada - Nobre Deputado, realmente estão sendo muito bem colocadas as afirmações de Vossa Excelência.

Hoje, nem só o PMDB é quem reivindica o direito de eleger o seu Presidente da República, é o povo de um modo geral, e, neste contexto, estão os artistas, todos eles, salvo algumas exceções deste nosso Brasil, os industriais, os empresários, a Igreja e, o que é mais importante, homens que já há vinte anos vinham sustentando esse poder, vinham sustentando esse regime, hoje, talvez acordados pelo cutucão, pela cobrança da população brasileira, do próprio PDS, estão aí a defender esse direito legítimo do povo brasileiro.

Muitos diriam: eleger o Presidente da República solucionaria o problema do Brasil? Evidentemente, não seria de uma hora para outra. Mas o que falta neste Brasil é credibilidade da administração pública, o que falta neste Brasil é moralidade, o que falta neste Brasil, é uma questão de soberania nacional, pois que, trocando o General Figueiredo, por um Coronel Andreazza ou por Maluf ou por um Aureliano Chaves, que também é do sistema, tenho certeza, nada mudará nesse Brasil e, nesse mesmo rumo, nesse mesmo ritmo, a cada dia que passa, estaremos caminhando cada vez mais para o precipício.

Portanto, devemos eleger um presidente da República que restabeleça a moralidade, que chegue e sente numa mesa em condições de dignidade e de igualdade com Fundo Monetário Internacional para defender os interesses do povo brasileiro e não dos banqueiros que estão sugando, como Vossa Excelência bem disse, o suor e o sangue do povo brasileiro. Que nós saíamos dessa situação humilhante onde a Senhorita Jul desce de semanas em semanas no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e vem ditar ao Governo brasileiro o que deve ser feito e o que não deve ser feito, interferindo, inclusive, nobre Deputado, até mesmo na saúde pública do nosso povo brasileiro, na questão do saneamento do nosso povo brasileiro, das nossas fracas estruturas de saneamento que já existem no nosso povo brasileiro. E digo-lhe, até mesmo estarrecido, nobres Deputados, bairros de Foz do Iguaçu que há vinte anos encontram-se em total abandono e, hoje, a Sanepar se propôs a instalar a rede de água, tendo dinheiro emprestado pelo Banco Mundial, não pode aplicá-lo, porque o FMI não permite que isto se faça. E a Sanepar, com este dinheiro nos cofres, tem que pagar ao Banco Mundial 10 milhões de dólares por mês, de juro, não podendo aplicar este dinheiro para defender e preservar a saúde do povo brasileiro.

Mas esta campanha deve ir mais longe, nobre Deputado. Além de Presidente da República, deveremos conquistar o direito de eleger os Prefeitos de áreas de Segurança Nacional, os Prefeitos de Capitais, porque está mais do que provado de que neste sistema espúrio e ilegítimo, a indicação de Prefeitos, está falida e não merece credibilidade alguma.

Parabenizo a Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento e endosso vossas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI- Obrigado, Senhor Deputado Sérgio Spada. Na realidade, observamos nesta Nação a grande modificação que o voto faz quando o cidadão toma as rédeas de um Governo. Temos Governos Estaduais eleitos pelo povo. E tanto este Governo do PMDB do Paraná, que é respaldado na eleição, vem atendendo os reclamos da população, tanto este Governo do Paraná vem fazendo pela população, que não temos oposição nesta Casa. Temos três Deputados do PDS. Não temos reclamos da população, dos eleitores, porque não temos oposição aqui. Ora, porque um Governo Popular tem, na sua estrutura, o compromisso maior com a população.

Na verdade, transmite aos eleitores tal segurança que não vemos grande pressão popular dos eleitores do PDS. Porque se assim fosse, teríamos pelo menos uns quinze Deputados aqui, com reclamos de suas bases.

O que representa isto? Isto representa que o Governo sabe que é finito. O Governo sabe que é eleito por um curto espaço de tempo e, se não der respostas deste espaço finito para que foi eleito, será testado nos próximos passos pelas urnas.

Então, faz com que a preocupação dos governantes seja muito maior, em relação àqueles que ocupam uma cadeira, e têm a segurança de não mais largá-la.

É desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com a cobrança popular diária, com o compromisso popular do "pede voto e do cumpre compromisso" que iremos, a médio e longo prazo, retirar esta Nação do enorme buraco em que está colocada por este regime autoritário.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Paulo Furiatti, antes gostaria de agradecer a Vossa Excelência pelo aparte que me concede. Parabenizá-lo pelo profundo pronunciamento que Vossa Excelência faz, de assunto de cunho nacional; pronunciamento que deverá estar acontecendo neste momento, também, no Congresso Nacional.

Entretanto, gostaria de fazer alguns reparos a Vossa Excelência, fala que aqui no plenário tem três Deputados do PDS. Vossa Excelência peca. Tem seis. Somos em vinte e quatro, Vossas Excelências são trinta e quatro e tem apenas oito em Plenário. Estamos empatando. Se Vossa Excelência fizer o coeficiente dos números o cálculo real, Vossa Excelência verá que estamos empatando.

Se Vossa Excelência for ao Congresso Nacional assistir, Vossa Excelência vai ver o esvaziamento do mesmo. Gerado por que? Porque o nosso Poder Legislativo ainda é um Poder acanhado. Vossa Excelência sabe disto. Aqui passamos as nossas tardes debatendo entre nós, amigavelmente. Às vezes, com alguns atritos. Mas estes atritos são gerados pelo interesse do nosso, do seu partido e do meu, em defesa daquilo que achamos coerente, correto, para com o nosso povo.

Então, Vossa Excelência precisa ver ao analisar o problema econômico, o Governador José Richa toma posse, procura o Banco Mundial com um projeto elaborado pelo então candidato pedessista Saul Raiz. Dentro desse projeto, desse plano de governo, existe uma grande parcela que foi tomado em empréstimo pelo Governador José Richa, para implantação de energia rural e de eletrificação rural. Vossa Excelência sabe disso.

Esse dinheiro do Banco Mundial, que é subsidiário do FMI, Vossas Excelências precisam, quando atacam as coisas, quando ferem o que está sendo feito até erradamente; todavia, se Vossa Excelência tem

que dizer ao povo que Vossas Excelências também estão no mesmo caminho, tomando o mesmo dinheiro emprestado, aos mesmos bancos controlados pelo mesmo FMI, então o Governador José Richa que parou de construir as obras, que está inchando os cofres públicos e mesmo assim, toma empréstimo, gerando mais uma dívida internacional e dívida em dólar, não é Deputado? Vossa Excelência, sabe disso.

Eu fiz apenas esses pequenos reparos e quero parabenizá-lo, pois Vossa Excelência está fazendo um belo discurso ao meu entender.

O SR. PAULO FURIATTI - Nobre Deputado Tércio Albuquerque eu agradeço o seu aparte, mas tenho algumas ponderações a fazer sobre as suas questões porque o Poder Legislativo desta Nação é acanhado? Vossa Excelência sabe porque é acanhado.

O Sr. Tércio Albuquerque - Sei e concordo com Vossa Excelência.

O SR. PAULO FURIATTI - As prerrogativas do Poder Legislativo, são pequenas; de onde advém estas pequenas prerrogativas do Poder Legislativo?

Vem de um regime autoritário, que ao invés de dar satisfação ao povo, dos eleitos, e de passar pelas Assembléias, pela Câmara Federal, os assuntos de interesse da Nação, preferiram gerar um monstro do Executivo, em que sequer o Poder Legislativo tem poderes de legislar, sobre matérias que dizem respeito à população brasileira.

O Sr. Tércio Albuquerque - Mais despesas para os cofres públicos.

O SR. PAULO FURIATTI - Exato. E é diante desta realidade que nós precisamos de uma urgente mudança nesta Nação. É diante desta realidade que nós precisamos de uma alteração estrutural neste País. E uma alteração estrutural, nobre Deputado, só virá com a co-responsabilidade popular; e a co-responsabilidade popular virá através de um método aliás, eu não conheço outro método melhor, que é democracia, que é a eleição representativa, que é a eleição democrática, direta.

O Sr. Tércio Albuquerque - Nós podemos dialogar um pouco, Deputado, pois Vossa Excelência sabe, pelo esforço do seu partido, pelo esforço do nosso, que nós já elegemos o Governador do Paraná, dos demais Estados, e já acabamos com esta figura espúria, que Vossa Excelência tanto fala em ser espúria, do Senador biônico, Secretário do seu Partido.

O SR. PAULO FURIATTI - Muito bem.

Em relação aos recursos, eu tenho a dizer a Vossa Excelência que recursos vin-

dos do Exterior, em minha modesta opinião nunca foram para este País o melhor caminho, porém, diante de um modelo conjuntural, não podemos também administrar sem mudarmos a estrutura, mas enquanto não fizermos isto, o Governo continua, o povo continua, e Vossa Excelência fez uma referência em relação à eletrificação rural, mas esqueceu, e eu compreendo, necessariamente... (vozes sobrepostas).

O Sr. Tércio Albuquerque) - Eu me referi aos recursos de onde estão vindo.

O SR. PAULO FURIATTI - Não há dúvida, não há dúvida. Mas a preços de hoje, o Governo passado cobrava uma ligação de eletrificação rural corrigido, que chegaria hoje a CR\$ 1.800.000,00, e o Governo democrático do PMDB...

O Sr. Tércio Albuquerque - Democrático aonde?

O SR. PAULO FURIATTI - Não foi eleito pelo povo?

O Sr. Tércio Albuquerque - Mas não é democrático, tem sido perseguidor, terror fiscal, demissões etc.

O SR. PAULO FURIATTI - Na sua opinião.

O Sr. Tércio Albuquerque - Na minha? Ou na do povo?

O SR. PAULO FURIATTI - Eu sugeria a Vossa Excelência...

O Sr. Tércio Albuquerque - Não, nós estamos dialogando.

O SR. PAULO FURIATTI - Claro.

O Sr. Tércio Albuquerque - Se Vossa Excelência não quiser, eu paro.

O SR. PAULO FURIATTI - Não, pode continuar para se falar em nome do povo. (vozes sobrepostas).

Pode continuar, Vossa Excelência está abrilhantando este debate.

O Sr. Tércio Albuquerque - Muito obrigado, muito obrigado, pela deferência especial.

O SR. PAULO FURIATTI - Então, este governo democrático e popular do PMDB. Não cobra o que o Governo do PDS, cobraria CR\$ 1.800.000,00, a ligação e o PMDB cobra 400 mil cruzeiros.

O Sr. Tércio Albuquerque - Mudou o sistema.

O SR. PAULO FURIATTI - Ué! Mas claro que mudou o sistema! Pergunto ao cidadão

que está tendo eletrificação rural na sua propriedade a CR\$ 400.000,00, se ele está satisfeito com este preço ou se ele estaria satisfeito com o preço que o Governo do PDS estabelecerá agora em CR\$ 1.800.000,00. Pergunte nobre Deputado.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Mas eu respondo. Eu respondo a Vossa excelência.

O SR. PAULO FURIATTI - É uma satisfação esse milagre.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Eu concordo com Vossa Excelência que a COPEL e seria um erro muito grande, se cada vez que mudassem os administradores, eles não procurassem modernizar o sistema. Vossa Excelência sabe que a COPEL fazia as suas ligações, que a sua rede toda era em postes de cimento, de concreto, postes mais caros.

O SR. PAULO FURIATTI - Perfeito!

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Hoje Vossas Excelências mudaram para os postes de madeira. Devem ter uma sobrevivência menor do que o outro.

O SR. PAULO FURIATTI - Perfeito, não há dúvida. É verdade.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Sobrevivência menor. Então, na época, em que nós formos trocar também, tem que se analisar quanto vai custar naquela época. Daqui para a frente.

Nós temos que fazer uma análise bem fria, Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI - Esta é uma questão política.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Está certo, ótimo.

O SR. PAULO FURIATTI - Vamos partir para a administração doméstica da sua casa, nobre Deputado. Se Vossa Excelência precisa andar de carro e tem dois milhões de cruzeiros, vai comprar um carro de dois milhões de cruzeiros; não vai comprar um carro de 12 milhões. Porque, ou Vossa Excelência compra um carro de CR\$ 2.000.000,00 ou faltará comida na sua casa ou Vossa Excelência continuará andando a pé. É uma questão política da mais alta significância.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Mas eu estava só analisando, Vossa Excelência não precisava se irritar tão facilmente.

O SR. PAULO FURIATTI - Não, não me irrita; faz parte da retórica.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Vossa Excelência

mu ou até de cor.

O SR. PAULO FURIATTI - É retórica, nobre Deputado. É retórica.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Que bom se eu pudesse filtrar a cor de Vossa Excelência.

O SR. PAULO FURIATTI - Não. É retórica.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Parece-me que ensanguentou seu rosto.

O SR. PAULO FURIATTI - Nobre Deputado, neste departamento, eu me sinto muito à vontade em dialogar com Vossa Excelência. Porque longe de ser dono da verdade, nós dispomos de alguns documentos, e alguns fatos concretos do Governo do PMDB, para dialogar em cima da verdade. É o que Vossa Excelência falou: ao invés de postes de concreto, estamos usando postes de madeira.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Machuquei Vossa Excelência, na argumentação?

O SR. PAULO FURIATTI - Não. Mas eu estou agradecendo. Apenas estou reforçando a sua argumentação, para que Vossa Excelência considere que é uma medida importante esta do Governo do PMDB.

O **Sr. Tércio Albuquerque** - Muito obrigado.

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para dialogar com Vossa Excelência também. Vossa Excelência referia-se à eletrificação rural, feita, elaborada, pelo Governo José Richa, a qual queremos deixar bem claro. Achamos, na realidade, uma programação muito boa, que o Governo vem fazendo em favor do Paraná.

Quanto à discussão a respeito de postes de madeira, ou de concreto, não sei se Vossa Excelência teve oportunidade de comparecer no "Forum de Debates" sobre Eletrificação Rural, feito no plenário desta Casa. Este Deputado que vos fala, naquela ocasião, teve oportunidade de entregar ao Sr. Secretário do Interior, um trabalho de 45 laudas, feito tecnicamente, ainda que teoricamente, a implantação de postes de madeira, agora no momento, seria mais barato; mas comprovado tecnicamente, que a maior durabilidade de postes de madeira no Paraná eleva-se de quatro a cinco anos. Na prática, a manutenção deste posteamento sairia muito mais caro, do que a implantação do poste de cimento. Sendo que, com a implantação do poste de madeira, iria onerar apenas 5% do Orçamento previsto para a instalação desta eletrificação rural. Tendo mais, com a implantação destes postes de madeira, correria sério risco de fechar as fábricas de artefatos de cimento que existem no Paraná; que geram hoje, 4.860 empregos diretos, fora a extração de pedras e de areia, que são empregos indiretos a estas fábricas.

Muito bem, vamos concordar com Vossa Excelência.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu gostaria que Vossa Excelência, fosse mais rápido na argumentação, porque nós temos apenas mais

três minutos.

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Muito bem. Então, vamos admitir que o Governo implanta a eletrificação rural mais barata. Mas implanta, por outro lado, também que é o nosso reclamo nesta Casa, o terror da fiscalização fiscal, o aumento de até 300% de IPTU nas Prefeituras onde tem o mando dos Prefeitos do PMDB. Também no caso das capitais, a redução de ônibus e o aumento da taxa de ônibus.

Infelizmente, entrei muito tarde no nosso diálogo e, tenho impressão que na próxima oportunidade poderemos debater com mais calma e mais tempo sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O **SR. PAULO FURIATTI** - Bem, só para concluir, dizendo nobre Deputado, que esta argumentação era argumentação de vinte anos de governo quando não se fazia eletrificação. Nós não somos o Estado do Sul que menos tinha. E dados técnicos e aprofundados com tratamento dos postes de madeira, demonstram que eles têm uma durabilidade enorme.

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Eu provo-lhe o contrário. Comprometo-me a provar em plenário.

O **SR. PAULO FURIATTI** - Eu participei da discussão com técnicos nesta Casa e nós não chegamos a esta conclusão que Vossa Excelência fala.

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Eu posso provar por documentações.

O **SR. PAULO FURIATTI** - Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós hoje, neste diálogo, já concluimos algumas coisas: primeiro que os Deputados do PDS concordam que um dos programas citados, nós temos centenas, é um programa da mais alta relevância ao Paraná.

Mas, para concluir, é esta a ação concreta, democrática do povo e o horizonte infinito do governante que faz com que efetivamente a população tenha um controle sistemático e profundo do Governo.

Em cima desta tese, sabendo, efetivamente, que só eleição não resolverá o problema, é que nós temos condições de a médio e longo prazo, tirarmos a Nação brasileira do lugar em que se encontra jogada, por uma política anti-povo e anti-população.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a eleição direta já, que vai garantir, não só uma reestruturação política e social neste País, mas vai garantir não a dignidade do povo brasileiro, mas o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O **SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** - A Mesa tem a satisfação de anunciar em plenário, as presenças do Vereador Onofre Ignácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand; bem como do Vereador Wilmo Marcelo Marcondes, Presi-

dente da Câmara Municipal de Toledo.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Fiori Luiz, por dez minutos.

O **SR. FIORI LUIZ** - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Brasil ganha muito fácil o título de campeão mundial da impunidade, dos acobertamentos, das trapagens financeiras, dos escândalos, da corrupção oficializada.

Esta grande Nação, realmente está agonizando. Os homens que tomaram o Poder à força, à base de baioneta em 1964, vêm acumulando desmandos e incompetência ao longos de vinte anos.

É um País que está entregue a sua própria sorte, enquanto uma quadrilha organizada, de verdadeiros ladrões continua saqueando esta Nação e negociando a nossa soberania como o FMI e os grandes grupos internacionais.

Nenhuma denúncia mais consegue sensibilizar os homens mais sérios desse País, porque a corrupção virou rotina. A corrupção é praticada de forma descarada em todos os órgãos governamentais. Uma minoria enriqueceu e continua enriquecendo às custas do suor, das lágrimas, do sacrifício, da desesperança, de uma Nação faminta e desprotegida!

Os grandes símbolos da corrupção desse País continuam soltos, atrás dos votos do Colégio Eleitoral, pregando a eleição indireta, falando em nome da Constituição.

O Presidiável, ou diria o "Presidiável" Mário Andreazza hoje talvez o coronel mais rico do mundo, graças à Ponte Rio-Niterói, e à Transamazônica, está por aí, impunemente, livre e solto, negociando os votos do Colégio Eleitoral, através do seu Ministério do Interior.

O outro, Paulo Salim "Lutfala" Malluf, continua gastando os milhões de sua mãe, comprando a peso de ouro os votos dos convencionais, é outro "presidiável".

Existe ainda outro, o Sr. Aureliano Chaves, que as pesquisas encomendadas situam como grande favorito...

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Vossa Excelência permite um aparte?

O **SR. FIORI LUIZ** - Em seguida.

Nós não engolimos esta postura de falso democrata do Sr. Chaves. O Vice-Presidente sempre esteve ligado aos setores mais radicais da Direita desse País; aos banqueiros aos grandes empresários internacionais.

É preciso que o Brasil tire a máscara desse cidadão, que a verdadeira face do Sr. Aureliano Chaves seja mostrada à sociedade brasileira!

Não devemos nos iludir com nenhum desses três "presidiáveis", nem Malluf, nem Andreazza, muito menos o Sr. Aureliano Chaves!

O **Sr. Jorge Maia Filho** - Vossa Excelência

permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ - A seguir.

Enquanto a "Ciranda dos Presidênciaveis" continua, os escândalos também continuam estourando. O último foi o do BNCC, onde estão envolvidos todos os familiares do ex-Ministro Amaury Stabile, mas, o inquérito está correndo... Já é um alento, e temos absoluta certeza que no final alguém irá para a cadeia!

De preferência o porteiro que serve ao Ministério, a mulher que serve o cafezinho no Ministério, ou o ascensorista do Ministério!

Porque o Sr. Amaury Stabile vai continuar livre e solto, gastando o que roubou do Ministério da Agricultura!

E agora o caso CAPEMI. Os jornais de ontem noticiam: "Rejeitada a denúncia contra treze da CAPEMI"; alegando principalmente que há casos em que a peça acusatória omite por inteiro a parte demonstrativa da ação, tida como delituosa, assim invalidando alguns pontos da pretensão penal. O Juiz da 7.ª Vara de Falências e Concor-datas do Rio de Janeiro, rejeitou a denúncia contra treze dos dezesseis nomes arolados pelo Curador de Massas, Hélio Gama, no caso CAPEMI, cujo processo envolvia o nome do filho caçula do Presidente João Figueiredo - Paulo Renato de Oliveira Figueiredo. No dia 12 de janeiro deste ano, no Rio, em reunião com os Procuradores Gerais da Justiça e do Estado, e com o Secretário de Justiça do Rio de Janeiro, o Ministro Abi-Ackel advertira o Curador Hélio Gama de que a democracia, no Brasil, estava por um fio de cabelo, referindo-se à incriminação de Paulo Renato de Oliveira Figueiredo, filho do Presidente, no caso CAPEMI. Exatamente dois meses após essa advertência, o Juiz da 7.ª Vara de Falências, concluiu a sentença, inocentando treze dos dezesseis implicados no caso. E além do filho caçula do Presidente da República, que já está envolvido em outros escândalos, existem outros nomes expressivos. Por exemplo: o Juiz rejeitou denúncias contra o General Ademir Messias de Aragão, General Sílvio Valter Xavier, Coronel Ivani Righi da Silva e ainda Fernando Mário de Oliveira e Cruz e Nilson de Oliveira e Cruz, parentes do famoso General; aquele que bateu num repórter, em Brasília, e foi responsável pelo Plano de Emergência, na Capital Federal, o famigerado, celerado General Newton Cruz.

Por que é que o filho de um Presidente envolvido num escândalo não pode ser punido neste País?

Que estranho País é este que preserva os grandes culpados, das negociatas, trapacas e roubos?

E os Generais que estão envolvidos? Por que não são punidos? Será que as estrelas de alguns desses Generais servem para encobrir falcaturas, neste País? Os setores mais sérios das Forças Armadas

precisam tomar uma posição firme para evitar que a Instituição, como um todo, seja atingida pela lama podre e fétida da corrupção. E a grande maioria sabemos, dos nossos militares, essa grande maioria é composta de pessoas sérias e patriotas. É difícil acreditar que chegamos a esse ponto, onde o incompetente Ministro da Justiça ameaça fechar ainda mais o regime, porque a abertura é coisa para tolo e imbecil, caso o filho do Presidente ilegítimo deste País seja denunciado no escândalo CAPEMI. Se o Sr. Presidente João Figueiredo quisesse mesmo moralizar este País, se realmente quisesse fazer deste País uma democracia, ele deveria ser o primeiro a exigir a apuração dos fatos e a condenação dos envolvidos, mesmo que um deles fosse o seu filho Paulo Roberto de Oliveira Figueiredo. Mas, às vezes, a gente esquece que estamos num País chamado Brasil. Mas, chegará o grande dia em que as cadeias públicas deste País irão recepcionar com trombetas, com foguetes, os "Mallufs" da vida, os "Andreazzas", os "Langonis", os "Delfins", os "Stábiles", os "Shigiakis", os "Pastores", os "Galveas", e outros meninos votados.

É questão de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

Com a palavra o Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O atual Governo do Paraná tem reiterado que a atenção aos municípios é dada independentemente da expressão geográfica, econômica e social.

O atendimento decorre do grau das necessidades de cada um destes municípios, e as necessidades são proporcionais ao "peso" de cada município.

Animado por esta filosofia e por esta conduta administrativa, estamos encaminhando pedido para a implantação de uma UNIDADE ARMAZENADORA, no Município de Tijucas do Sul.

Nenhum pedido torna-se tão justificável como este; nenhuma necessidade é tão premente como esta.

Tijucas do Sul tem cerca de oito mil habitantes, dos quais, 90% vivem e trabalham na zona rural; logo, é um município tipicamente agrícola. Em sua produção destacam-se: MILHO, FEIJÃO, ARROZ, BATATA SALSA, FUMO e SOJA. Na última safra teve uma produção de cerca de seis mil toneladas, isto contando somente os quatro produtos que têm necessidade direta de armazenamento devido a sua natureza, ou seja: milho, arroz, feijão e soja.

A COPASA - Companhia Paranaense de Si-

los e Armazéns, sensível à reivindicação da Prefeitura, Lideranças Políticas e Agricultores locais, elaborou um estudo preliminar objetivando identificar a necessidade e viabilidade de implantação de uma unidade armazenadora em Tijucas do Sul.

Esse trabalho, cuja cópia nos foi gentilmente enviada pelo Dr. Valdir Izidora Silveira, diretor técnico da Copasa, é favorável. Portanto, é a conclusão técnica do próprio governo que indica a necessidade. Além de fornecer a descrição básica dos aspectos construtivos e equipamentos para uma unidade de pequeno porte, com capacidade estática para OITOCENTAS TONELADAS, esse estudo enfatiza que Tijucas do Sul tem um déficit de armazenagem de MIL DUZENTAS E SESSENTA TONELADAS, número este igual ao saldo armazenável potencial; isto é, Tijucas não tem armazenagem alguma.

O trabalho observa que "O MUNICÍPIO RESSENTE-SE DE UMA INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM, O QUE CONTRIBUI PARA QUE A COMERCIALIZAÇÃO SE FAÇA DE MODO INSATISFATÓRIO". Observa, ainda, os aspectos sociais e a produção dos municípios circunvizinhos, como Mandirituba e Agudos do Sul, os quais também apresentam déficit de armazenagem e que deverão ser atendidos pela mesma unidade. Ressalta que "POR OCASIÃO DO REESTUDO DO SUB-PROJETO ARMAZENAGEM COLETORA PRÓ-RURAL, ESTE INDICOU O DISTRITO DE LAGOA COMO PONTO ESTRATÉGICO DO FLUXO DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO".

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cremos que esta reivindicação dos agricultores de Tijucas do Sul deve ser muito bem acolhida pelo governo do Estado.

É dando atenção - e sobretudo condições - a quem produz que veremos o nosso Paraná crescer ainda mais no setor agrícola, com benefícios conseqüentes para os setores econômico e social.

Muito obrigado."

Assume a Presidência o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, no restante do horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Trajan Bastos**) - Consulta à Liderança do PDS, se fará de seu horário.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Por dez minutos, falará o Vice-Líder, Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, cada dia que se passa neste Poder Legislativo, vemos um dia a mais de surpresas e conhecimentos que passamos a adquirir. Vimos há minutos atrás, um depoimento estarrecedor, bastante estarrecedor, quando o Deputado Fiori Luiz,

enclausando-se como um verdadeiro juiz de direito, como um verdadeiro homem que fez uma denúncia, montou um processo, procurou as provas, provou e veio de público dar um libelo, dizendo que o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, que o Deputado Federal Paulo Maluf, que o Vice-Presidente Aureliano Chaves, que o Presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, que o Ministro da Fazenda, são todos ladrões, corruptos e fazem parte de uma quadrilha organizada.

É estarrecedor ouvir isto tudo.

Agora, é mais estarrecedor, quando um Deputado ocupa uma tribuna, acusa a honra pessoal de um cidadão e nada traz de prova, de concreto. Acusou, também, a justiça brasileira de liberar um outro que ele chama também de "quadrilheiro", o Sr. Presidente da República, ao eliminar o seu filho de um processo.

É estarrecedor quando vem dizer que o Deputado Federal Paulo Maluf não é "presidenciável", mas ele é "presidiável".

Queria lembrar ao Deputado Fiori Luiz, que o único Governador da extinta ARENA, então PDS, que tem hoje um certificado de boa conduta dado por um Governo da Oposição é justamente o Deputado Federal Paulo Maluf, porque sabemos que o incompetente Governo do PMDB, Sr. Franco Montoro, com todos os poderes ilimitados na mão, dentro do Estado de São Paulo, usou de todos os meios e artifícios, inclusive, contra o direito de propriedade de um cidadão, invadindo a propriedade de sua genitora!

O que conseguiu provar? Nada! Absolutamente nada!

Apenas que o Deputado Federal Paulo Maluf havia tirado uma fotografia no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

É muito fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esparramar ódio, jogar lama sobre a honra alheia. É muito fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer a mente do povo ser aterrorizada por palavras vãs e mentirosas, acima de tudo.

Ficamos estarrecidos quando vem o Deputado Fiori Luiz, o qual não me concedeu o aparte e se for necessário eu o concederei, porque acima de tudo o respeito como um Parlamentar e como um amigo, quando o Deputado Fiori Luiz vem dizer que todos esses cidadãos são membros de uma quadrilha e os membros são homens incompetentes para dirigir a Nação. Sabemos, Deputado, que o Vice-Presidente da República é um dos homens mais corretos que existe neste País e que hoje, pelo Ibope da Rede Globo, tem a preferência popular para o voto direto.

É bom, é fácil achar defeito, é fácil impingir a honra alheia, mas o difícil é provar contra a mesma.

Esperei e não ouvi quando o Deputado iria dizer, que eleições diretas agora, não com o Presidenciável Maluf, nem com o Presidenciável Aureliano Chaves, nem com o

Presidenciável Mário Andreazza, mas, com o incompetente Franco Montoro ou com o americanizável Ulisses Guimarães, que não teve competência de lançar a sua candidatura aqui no Brasil e foi lançá-la em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Lamento interromper, mas, nós ouvimos também, estarrecidos, como Vossa Excelência e toda a Casa, pronunciamento do nobre Deputado Fiori Luiz. Para mim não me surpreende, porque nós já conhecemos - é o segundo mandato que convivemos aqui com o nobre Deputado Fiori Luiz - e conhecemos o seu despreparo, o seu linguajar atrevido, às vezes até malévolo, mas não nos surpreendemos. Como também eu não quero, absolutamente, fazer a defesa de homens hoje que têm uma posição indefensável perante o povo brasileiro. Porque os escândalos estão aí à vista, saltaram aos olhos de todo mundo. Nesse aspecto tem razão o nobre Deputado Fiori Luiz, eu acho que o lugar dessa gente não era mais em ministério, era na cadeia mesmo. Tais os escândalos que a Nação está assistindo estarrecida, porque nunca, nunca se viu isso na história da República, nunca!

Lamentavelmente, nós temos que dizer. Mas, o que levou-me a pedir o aparte a Vossa Excelência, é para dizer a quem está nos assistindo hoje, aqui, para dizer ao nobre Deputado Fiori Luiz, para dizer ao povo do Paraná, que nós Deputados do PDS, não pactuamos com essa imoralidade, que nós queremos ver apuradas as responsabilidades e punidos os responsáveis e os culpados por esses escândalos administrativos, pela corrupção que grassa, hoje, principalmente, no primeiro escalão da República.

Agora, quero abrir aqui, um parêntese, fazer uma defesa. Uma defesa dos candidatos presidenciáveis do PDS. Sempre me positionei favoravelmente a eleições diretas em todos os níveis, e não é de hoje, eu não estou nesse "oba-oba" da Oposição. Estão aí os Anais da Casa para testar, que no período mais duro da repressão, quando alguns meninos que hoje, sobem à tribuna para ofender, para denegrir a reputação alheia, estão ainda nos cueiros e nas fraldas, eu já me manifestava nesta Casa - contra o arbítrio, pelo restabelecimento da democracia plena, pela eleição direta em todos os níveis. Não como agora fez o PMDB, que se julga dono da campanha das eleições diretas e negou "quorum" no Congresso Nacional para aprovação da Emenda Armando Pinheiro, que restabeleceria as eleições diretas para prefeito das capitais.

Mas eu faço a defesa dos presidenciáveis, porque eles estão exatamente inseridos no contexto político. Que todos nós disputamos uma eleição em 1982, nessa

Nação brasileira também o sabia, que ali estava se elegendo o colégio eleitoral que teria com missão escolher o sucessor do atual Presidente da República.

Todos aceitaram as regras do jogo. O PMDB aceitou, docilmente, porque esperava fazer maioria no Colégio Eleitoral e por pouco não o fez. Se tivesse feito, estaria, hoje, quietinho, estaria escolhendo os "Ulisses Guimarães da vida", os "Montoros", ou desenterrando alguém de um sarcófago para apresentar à Nação como seu candidato, mas como não obteve a maioria no Colégio Eleitoral, engajou-se na campanha das eleições diretas que é uma aspiração do povo, que ninguém pode arvorar-se em dono dessa campanha das eleições diretas. O povo brasileiro assiste estarrecido, revoltado, armargurado com essa sucessão de escândalos.

Este Governo que aí está, conseguiu transformar o povo brasileiro num povo triste, num povo sem perspectiva. Então, toda a população brasileira quer as eleições diretas, mas não me venha o Sr. Deputado Fiori Luiz, aqui, lançar infâmias principalmente contra o nome inatacável como o do Vice-Presidente da República, homem que caiu em desgraça no Planalto com os donos do Poder, pela sua postura de decência democrática, coerente. Todas as vezes que assumiu a Presidência portou-se com dignidade. No caso das "polonetas" determinou a abertura imediata de inquérito para apurar as responsabilidades, e quer que, hoje, lamentavelmente, está engavetado. Agora, o que dói no Sr. Deputado Fiori Luiz, o que me dói no cotovelo, no coração e na alma foi o resultado das pesquisas, não encomendadas como ele disse, mas feitas por uma organização de respeito como é a Organização Globo, a TV Globo e por um órgão de opinião pública que goza do respeito do povo brasileiro que é o Ibope. E o que é que deu nessa pesquisa? O povo brasileiro, hoje, votaria em massa em Aureliano Chaves por reconhecê-lo um homem de bem, um homem coerente, um homem digno, um democrata perfeito. E onde é que ficou o candidato do PMDB? Onde é que ficou? Em último lugar. Não ganhou nem do Lula. Exatamente é essa a dor, a mágoa do Sr. Deputado Fiori Luiz. Eu o desculpo porque reconheço os seus méritos, porque é um Deputado lutador, é um Deputado que abraça realmente causas populares aqui dentro da Assembléia Legislativa, agora isso não lhe dá o direito de investir contra a honra de homens de bem. É isto que revolta, a mim, pessoalmente, me revoltou esta investida que ele fez contra os presidenciáveis. O Senhor Paulo Maluf está gastando dinheiro, da mãe, mas é da mãe dele.

E de onde é que vem o dinheiro para o PMDB fazer os comícios, os "shows" nos comícios? São das arcas públicas. O Maluf está gastando o dinheiro da mãe dele. E daí, não temos nada com isso. Então, essas

coisas realmente que revoltam e precisam que não se deixe tramitar em julgado nesta Casa. Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Eu agradeço a colaboração de Vossa Excelência...

O Sr. Nilso Sguarezzi - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Já concedo. E dizer a este Plenário de que fui enriquecido com o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, inclusive antecipando-se ao meu pensamento: de que forma nenhuma, nem eu, nem os cinquenta e sete Deputados com assento nesta Casa concordariam com qualquer tipo de corrupção. Nós somos favoráveis que sejam apurados todos os fatos de corrupção no País. Somos favoráveis que todos os ladrões vão para a cadeia. Mas que haja uma prova para que seja julgado, seja provado, para que possamos falar da decência e da honra de cada cidadão.

Quanto ao nosso posicionamento sobre eleições diretas, concordo em gênero, número e grau com o Sr. Deputado Erondy Silvério. Nunca poderíamos ser contrários a eleições diretas, porque somos frutos de uma eleição direta. Existe uma Constituição. Achamos válido também os movimentos para derrubarem, com uma emenda, parte desta Constituição. Se isto na realidade ocorrer no Congresso Nacional, estaremos de bandeira em mão, lutando também pela eleição direta neste País.

O Sr. Nilso Sguarezzi - Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Apenas para discordar de Vossa Excelência quando disse que o Sr. Deputado Ulisses Guimarães não teve coragem de lançar a sua candidatura aqui e sim em Nova Iorque. Nobre Deputado, se víssemos a jurisprudência dos homens que só tem coragem no exterior, daríamos o título de campeão brasileiro ao General João Baptista Figueiredo que só teve coragem na África de dizer que é favorável às eleições diretas.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Concordo com Vossa Excelência também. Estamos aqui numa casa de debates, de concordância e discordância. Quando Vossa Excelência se refere à falta de coragem do Presidente Figueiredo, deveria também endossar a falta de coragem do Presidente do PMDB, Sr. Ulisses Guimarães. Aí concordaria plenamente com Vossa Excelência.

Dizia, há minutos atrás, o Sr. Deputado Paulo Furiatti que não houve mais reclamos do PDS, nesta tribuna. Que os Deputados do PDS não comparecem mais ao plenário. Venho aqui de público perguntar: será que adianta pedirmos ao Secretariado do Governador José Richa qualquer providência para problemas existentes em nossa região?

Provo-lhes que não.

Quando a Secretária de Educação faz propagandas riquíssimas na televisão dizendo que quer dar aulas até embaixo de um galho de árvore, é com desprazer e descon-

forto para os alunos que venho fazer outra denúncia, - porque já fiz pela imprensa. Temos, em Apucarana, o Colégio Heitor de Alencar Furtado, situado no núcleo habitacional João Paulo I. Cento e vinte alunos assistem aulas sentados no chão, porque a FUNDEPAR não cede cento e vinte carteiras. Adianta reclamarmos, Srs. Deputados? As providências não são tomadas.

Existe na minha região um curso profissionalizante que é tocado pela comunidade. Pedimos por esta tribuna, por escrito, para que a FUNDEPAR cedesse apenas vinte e cinco carteiras. Recebemos, por escrito, um ofício da FUNDEPAR negando vinte e cinco carteiras. Lá estão os alunos dos cursos profissionalizantes sentados em carteiras compradas pela comunidade. Temos que fazer uma pausa. Temos que pensar se adianta fazer os reclamos para a nossa região. Se serão atendidos pelo Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Sem revisão do orador**)

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passaremos à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 83/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que regulamenta a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da Administração Direta e Indireta do Governo Estadual para quais é exigida qualificação profissional de nível superior e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDAS, da C.C.J., e parecer FAVORÁVEL ao PROJETO e EMENDAS da C.C.J., da C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto e as emendas.

Em votação as Emendas n.ºs 01, 02, 03, 04 e 05. - **Aprovadas.**

Em votação o Projeto. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 234/83, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina "JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola Primeiro Grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, no Município de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA _ da Proposição n.º

17/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 67/83 de autoria do Deputado Artagão de Matos Leão, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Of. n.º DTL/103/83

Curitiba, 11 de novembro de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 70/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando das atribuições que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 67/83, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de uma Circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de sua inoportunidade, eis que, estão sendo efetuados estudos com vistas à reorganização do DETRAN, transformando-o em autarquia, reformulando-se, inclusive as jurisdições das CIRETRANS. Outrossim, vale lembrar o contido no Aviso n.º 119, de 25 de abril de 1983, do Senhor Ministro da Justiça, onde é feita recomendação no sentido de restringir-se a criação de novas Circunscrições Regionais de Trânsito.

Eis os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 117/83

A presente proposição é originária de Veto Governamental ao Projeto de Lei n.º 67/83, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão.

Analisando-se a matéria temos que o veto foi aposto dentro do prazo constitucional e embasado em razões de ordem constitucional e outros conforme estabelece nos termos do ofício n.º DTL 103/83 - do Senhor Governador do Estado.

Com isso, a matéria está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

Em votação o Projeto n.º 67/83. - Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)
Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta (30) Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação)

Dez (10) Srs. Deputados aprovam; treze (13) rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Pela ordem)
Requero nova verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa acaba de proceder à verificação de votação, portanto, se Vossa Excelência desejar nova chamada nominal, a Mesa atenderá a vossa solicitação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A não ser que Vossa Excelência requeira novamente chamada nominal.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda nova chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.
Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE - Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças, em plenário, do Vereador Hilário Seidel, Presidente da Câmara de Vereadores de Corbélia, bem como, as presenças do Dr. Egas Dirson Caldiati, Juiz do 2.º Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, e do Dr. Manoel Olegário da Costa, 2.º Ta-

belião de Notas, do Estado de São Paulo.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 118/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 48/83 de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a doar, às Prefeituras Municipais, veículos de propriedade do Estado, conforme especifica. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Of. n.º DTL/102/83

Curitiba, 10 de novembro de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 69/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 48/83, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar às Prefeituras Municipais, os veículos de propriedade do Estado que se encontram à disposição das mesmas por mais de cinco anos, através de comodato firmado com a FUNDEPAR.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame, decorre de pronunciamento expandido pela Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, considerando a medida, pela forma como está posta, "ineficaz para o atingimento dos fins pretendidos". Tal pronunciamento assevera, ainda, que:

"Trata o presente de projeto de lei n.º 48/83, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Paraná, autorizando o Poder Executivo a doar, às Prefeituras Municipais, veículos de propriedade do Estado a elas cedidos por mais de 5 (cinco) anos, via comodatados firmados com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPAR.

O projeto de lei refere-se especificamente a veículos de propriedade do Estado objeto de comodatados celebrados entre a FUNDEPAR e Prefeituras Municipais do Paraná, cedidos há determinado tempo.

No entanto, esta Fundação, dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira e orçamentária próprias, nunca cedeu em comodato qualquer veículo ou bem que não fosse de seu patrimônio, o qual não se confunde com o patrimônio do Estado, "strictu sensu". (Lei n.º 7.253/79).

Como se vê da respectiva justificativa, os automotores a que se reporta o projeto de lei em análise, 98 (noventa e oito) micro-ônibus Mercedes Benz e 99 (noventa e nove) camionetas Kombi-Volkswagen são aqueles adquiridos no ano de 1978, dentro do projeto "Sinal Verdade para a Educação/1978", pelos processos de compra n.ºs 6776/2 e 3684/2-FUNDEPAR.

Naquela oportunidade, a FUNDEPAR real-

mente incumbiu-se de executar a pré falada ação administrativa adquirindo 100 (cem) micro-ônibus marca Mercedes Benz e 100 (cem) camionetas tipo Kombi/standart, marca Volkswagen, fazendo-o com recursos próprios, reforçados por repasses do Tesouro Geral do Estado.

Posteriormente, os referidos veículos foram cedidos em comodato a diversas Prefeituras Municipais, onde seriam, como até hoje o são, utilizados no transporte de escolares da Rede Estadual de Ensino, mais precisamente, das escolas públicas municipais e estaduais.

Portanto, se convertido em lei o projeto em destaque constituir-se-á letra morta, ineficaz para o atingimento dos fins pretendidos".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 118/83

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, aprovado por esta Assembléia Legislativa, foi à sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tendo sido vetado, por Sua Excelência tê-lo julgado contrário aos interesses do Estado.

O veto obedeceu os ditames constitucionais, observados os prazos de lei, estando, portanto, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/12/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERVIN BONKOSKI - Relator

Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a Mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CNBB, manifestando voto de regozijo pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 1984, que está sob o título "Para que Todos Tenham Vida". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a implantação de armazém padrão COPASA, na sede do Município de São Jorge do Patrocínio. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à direção do "Diário da Cidade", jornal de circulação diária, no Município de Foz do Iguaçu. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a criação e manutenção de escola estadual de 1.º grau (5.ª a 8.ª séries), na sede distrital de Novo Três Passos, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, visando a criação de um Posto da CAFE do Paraná na sede do Município de Colombo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a implantação de um sistema de captação e distribuição de água para o Distrito de Paranaguá, no município de Boa Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a destinação de um veículo para efetuar prestação de serviços junto à Inspetoria de Ensino do Município de Boa Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Pensamento, localizado no Município de Mamborê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a conclusão das obras do Terminal Rodoviário do Município de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária de Educação, encarecendo a doação de um veículo para a APAE, do Município de Campo Mourão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Presidente da Sanepar, encarecendo melhorias na rede de distribuição de água, no Município de Fênix. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Gernote Kirinus e José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de um PS na localidade de Linha Navegantes, bem como um PS na localidade de Santa Terezinha, ambas no Município de Santa Helena. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Justiça e Procurador Geral do Estado, encarecendo agilização dos Processos Civil e Penal, decorrentes de Peculato, apurado em 1981, contra a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas do Município de Apucarana. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a liberação de serviço de empréstimos financeiros do IPE para os funcionários comissionados da Administração do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, visando a regulamentação da Portaria MPAS-3046, que trata dos credenciamentos de Odontólogos e Oftalmologistas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria das Senhoras Deputadas Ironi Pugliesi e Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja designado o dia 28 de março do corrente ano, às 20:00 horas, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário dos Transportes, e Diretor Administrativo do DER, encarecendo a substituição da construção da ponte sobre o Rio Melissa, na estrada FQ-450, que liga Ouro Verde do Piquiri a Anta Gorda, para a ponte sobre o mesmo rio, na estrada FQ-003, ligando Corbélia a Central Santa Cruz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Superintendente da Companhia de Habitação do Paraná, visando a criação de linha especial de crédito para efeito de construção de casa própria dos pequenos agricultores. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo despacho ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, do processo referente à fraude eleitoral ocorrida na Comarca de Corbélia, para que surtam os efeitos legais da decisão originária do Egrégio Tribunal Eleitoral. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, inquirindo das razões do início do período letivo, na primeira semana de fevereiro. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a implantação de uma unidade armazenadora da COPASA, no Município de Tijucas do Sul. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pela campanha jornalística lançada ao público sob o título "Tome Partido, Fique com o Paraná". - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a doação de uma viatura policial, um rádio-transmissor e maior quantidade de combustível para a Delegacia de Polícia do Município de Fênix. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da sessão do dia 25 de abril do corrente ano, data em que o Congresso Nacional vota a emenda do Sr. Deputado Dante de Oliveira, restabelecendo as eleições diretas para Presidente da República. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando informações sobre o quadro de funcionários desta Assembléia Legislativa. - **Ao Sr. Primeiro Secretário para prestar as informações solicitadas.**

Esta Presidência encarece mais uma vez das Lideranças partidárias da Casa, para que procedam a indicação dos membros das Comissões Técnicas Permanentes deste Poder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO - DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições 117 e 118/83.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 229/83.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para quinta-feira, dia 15, a iniciar-se logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 189/83.

Levanta-se a sessão.